

A solid red vertical bar is positioned on the left side of the slide, extending from the top to the bottom.

Uso da Informática na Administração Pública - Computador e Estado

Sumário

1. TIC's que hoje fazem parte das rotinas de trabalhos dentro da Administração Pública;
2. Principais TIC's encontradas;
3. Inovações tecnológicas;
4. A importância de fazer uso dessas tecnologias na Administração Pública;
5. Considerações finais.

Introdução

As TIC'S são o resultado da fusão de três grandes vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas. (BELLONI, 2005, p. 21).

Principais TIC's na Administração Pública



Fonte: <http://portal.dataprev.gov.br/tag/bndes/>

Redes de Computadores

“Conjunto de computadores autônomos interconectados por uma única tecnologia”

Tanenbaum, 2003.

- Importância do uso para a Administração Pública? Intranet, Extranet e interne.

Sistemas Informatizados

Para Laudon & Laudon (1999, p.04) sistemas informatizados é o conjunto de componentes inter – relacionados trabalhando juntos para coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informação com a finalidade de facilitar o planejamento, o controle, a coordenação, a análise e o processo decisório em empresas e outras organizações.

Pregão Eletrônico

Para Diógenes Gasparini, “Pregão é o procedimento administrativo mediante o qual a pessoa obrigada a licitar, seleciona para a aquisição de bens comuns ou para a contratação de serviços comuns, dentre as propostas escritas, quando admitidas, melhoráveis por lances verbais ou virtuais, apresentadas pelos pregoantes em sessão pública presencial ou virtual, em fase de julgamento que ocorre antes da habilitação”.

Certificação Digital

Segundo Ramiro (2008) o Certificado Digital (CD) funciona como uma carteira de identidade virtual. Lacorte (2005) diz que o CD é um documento eletrônico que contém diversos dados sobre o emissor, a Autoridade Certificadora (AC) e o titular do certificado, como: nome do titular, identificação do algoritmo de assinatura, assinatura digital do emissor, validade do certificado e dois números denominados chave pública e privada.

Governo Eletrônico

O conceito de Governo Eletrônico surge a partir de aspectos oriundos da evolução da TIC, especialmente a Internet, constituindo novas formas de relacionamento da Administração Pública com a comunidade e vice-versa, evidenciando a prestação de serviços sem a necessidade da presença física. Além disso, outros pontos importantes para o Governo Eletrônico foram as mudanças ocorridas ao longo do tempo na Gestão Pública, com a inserção de práticas desencadeadas pela necessidade de transparência administrativa e pela busca de eficácia e eficiência na prestação dos serviços.

Revista IP – Informática Pública ano 11 (1) 07 à 13, 2009.

Portais de Transparência Pública



<http://www.portaltransparencia.gov.br>

Importância do uso das TIC's na Administração Pública

- A vantagem da difusão das TIC's contribuiu para:
- Simplificar processos administrativos;
Proporcionar a redução dos custos que lhe estão associados;
- Agilizar o relacionamento entre os cidadãos e a Administração Pública;

Sobre eficiência e transparência de gestão pública

Os governos, em nível federal, estadual e municipal, estão, cada dia mais, diante de possibilidades e desafios para a promoção de eficiência e transparência da administração pública. Isto significa incluir, em seus processos decisórios, a mais ampla gama de representações da sociedade civil, e os cidadãos em particular, assegurando os meios para que “todos os segmentos da sociedade estejam representados e possam participar da gestão” (TEIXEIRA, 2004, p. 14).

Em suma, só é possível participar daquilo que se conhece. O cidadão que desconhece as ações e as informações governamentais não tem instrumentos para interferir na gestão pública, ainda que lhe seja dada a oportunidade. O governo que não promove o acesso nem põe em debate público suas ações e informações, está dificultando o exercício da democracia.

O papel das tecnologias de informação e comunicações

A transparência da gestão vem se beneficiando, nos últimos anos, do crescente uso de tecnologias de informação e comunicações (TICs), especialmente da Internet, por vários segmentos de governo. É significativa a presença na Web de informações sobre ações governamentais, prestação de contas de gastos e investimentos, oferta de serviços online, dentre outras aplicações. Conforme Teixeira (2004), essas tecnologias se constituem num poderoso instrumento de apoio à administração pública, pois permitem: a oferta de novos serviços; a ampliação da eficiência e da eficácia dos serviços públicos; a melhoria da qualidade dos serviços prestados; a construção de novos padrões de relacionamento com cidadãos e de novos espaços para a promoção da cidadania. Ele adverte, contudo, que é preciso garantir o acesso às informações a todos os cidadãos, evitando uma segregação entre os que podem e sabem usar as tecnologias de informação e os que não têm esta possibilidade (TEIXEIRA, 2004, p. 9).

As TICs permitem interação mais rápida, prática e dinâmica entre governo e sociedade e podem ser utilizadas pelo poder público para disponibilizar informações confiáveis e tematicamente organizadas, para que sejam rapidamente localizadas e utilizadas. Portanto, um dos desafios dos gestores municipais é a “organização da informação segundo as necessidades práticas dos atores sociais que intervêm no processo de desenvolvimento social” (DOWBOR, 2004, p. 4).

Sorj (2003) afirma que o uso da Internet contribui para a reforma e democratização do Estado, destacando-se entre seus benefícios a “redução da corrupção, da apropriação privada dos bens públicos e o enorme desperdício e ineficiência aos quais o estado e o funcionalismo público estiveram associados” (SORJ, 2003, p. 88).

Sobre capacitação de cidadãos

As TICs estão criando novas possibilidades para o exercício da cidadania, sendo que o acesso à informação constitui a condição sine qua non para que os cidadãos possam cumprir seus deveres e usufruir de seus direitos, bem como para solucionar seus problemas. Elas permitem que informações produzidas por diversas instituições, governamentais ou não, sejam amplamente e rapidamente divulgadas. Conseqüentemente, a utilização das TICs, especialmente da Internet, pode aumentar a eficácia dos serviços, desenvolver ou reforçar a sociedade civil e fortalecer as relações entre governo e sociedade. Isto vale também para as relações de trabalho dos cidadãos.

As mudanças que as TICs propiciam implicam no treinamento tanto dos servidores públicos quanto dos cidadãos. É essencial, pois, que o poder público desenvolva políticas amplas de inclusão digital, que permitam inserir ambos os segmentos na chamada Sociedade da Informação.

No caso da inclusão digital dos cidadãos, em particular, Santos (2005) adverte que ela resulta de vários fatores, entre os quais: políticas públicas voltadas para os direitos dos cidadãos; capacitação destes, para que possam transformar a realidade, “interferindo nos espaços democráticos existentes ou criando novos espaços para o desenvolvimento da justiça, da paz e da igualdade, através do uso das tecnologias de informação e comunicação” (SANTOS, 2005, p. 89); e disponibilização a todos, sem exceção, de acesso a essas tecnologias.

No entanto, grande parte da população não dispõe de recursos para utilizar essas facilidades, não tem capacitação adequada e, muitas vezes, não tem conhecimento sobre seu potencial. Na verdade, o grau de acessibilidade à informação e aos serviços públicos, independentemente do uso das TICs, varia de cidadão para cidadão. Escolaridade, poder aquisitivo, posição social ou inserção em determinados grupos de referência, são fatores que levam distintos cidadãos a terem diferentes condições de acesso. Grande parte da população está mal posicionada nessas variáveis: são os excluídos sociais, quase sempre também excluídos digitais.

Para reduzir a distância entre os “privilegiados” e os “não privilegiados” é necessária a intervenção dos governos e de organizações da sociedade civil, visando, por um lado, o aperfeiçoamento dos mecanismos sobre os quais se pode construir uma sociedade democrática, e, por outro, expandir os meios de estímulo ao exercício da cidadania e da gestão participativa. No que diz respeito aos municípios, esta nova situação, caracterizada por acelerada expansão das TICs, tem feito com que o poder público local esteja mais envolvido na concepção de políticas voltadas para permitir o acesso democrático à informação, bem como montar estruturas e serviços de informação. Há crescente reconhecimento de que o livre acesso à informação pública é um direito do cidadão, cabendo ao poder público desenvolver ações para assegurá-lo.

Políticas públicas voltadas para a inclusão digital devem, portanto, mesclar-se com outras políticas da área social, porque só assim serão eficazes no combate à exclusão social e na construção da democracia e da cidadania.

Referencia Bibliográfica

- BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- GASPARINI, Diógenes. Pregão presencial. In: GASPARINI, Diógenes (Coord.). Pregão presencial e eletrônico. Belo Horizonte: Fórum, 2006. p. 38
- LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação com internet. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- RAMIRO, Marcelo Lepsch. Dissertação de mestrado: Gestão da Segurança da Informação: Certificação Digital. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro – 2008.
- TANENBAUM, A. S. – Redes de Computadores – 4ª Ed., Editora Campus (Elsevier), 2003.
- <http://portal.dataprev.gov.br/tag/bndes/>
- <http://www.portaltransparencia.gov.br> Revista
- IP – Informática Pública ano 11 (1) 07 à 13, 2009.
- <http://aquitic.blogspot.com.br/2011/08/importancia-das-tics-na-sociedade-atual.html>